

RESPONSABILIDADE CIVIL DOS TABELIÃES E REGISTRADORES

Jorge Luis Costa Beber*

O tema atinente à responsabilidade civil dos notários e registradores, mesmo após a edição da Lei n. 8.935/94, que regulamentou o art. 236 da Constituição Federal, continua, iniludivelmente, rendendo acesos debates, tanto na doutrina como na jurisprudência, máxime no que respeita à natureza jurídica de tal responsabilidade, se objetiva ou subjetiva. A unanimidade em torno do assunto está longe de ser alcançada, inclusive no STF, como mais adiante será abordado.

De início, parece-me de fundamental importância definir a função dos notários e oficiais de registro, a posição que ocupam na hierarquia estatal e a natureza da prestação dos serviços por eles praticados.

Com efeito, as funções dos tabeliães, tanto quanto dos oficiais de registro, decorrem de lei, daí serem seus deveres no exercício da função absolutamente legais.

A natureza dos serviços prestados é indubitavelmente contratual, assumindo os notários, tabeliães e escreventes de notas obrigação de resultado, tal como assevera Maria Helena Diniz, razão pela qual respondem perante terceiros sobre os atos praticados em desacordo com os seus deveres legais (Responsabilidade civil, p. 210).

A dificuldade maior centra-se na discussão em torno da definição dos aludidos profissionais como funcionários públicos, de modo que decorrem deste ponto reflexos no tocante à responsabilidade civil objetiva do Estado pelos prejuízos causados pelos serviços notariais.

* Juiz de Direito.

O art. 236 da Constituição Federal deixou assentado que os serviços notariais e de registro são exercidos “*em caráter privado, por delegação do Poder Público*”.

É exatamente desta coadjuvação entre o caráter privado e a delegação estatal que deve ser interpretada a responsabilidade civil, seja dos tabeliães e registradores, seja do Estado.

Para Humberto Theodoro Júnior a nova ordem constitucional timbrou como objetiva a responsabilidade civil dos notários e registradores “*dispensando a perquirição do elemento culpa*”, em face da regra inculpada no § 6º do art. 37 da Carta Magna, que equipara as pessoas de direito privado, prestadoras de serviço público, às pessoas jurídicas de direito público, em matéria de responsabilidade civil (RT 662/7).

Carlos Roberto Gonçalves, por sua vez, entende plenamente justificada a inserção dos notários e registradores no rol dos servidores públicos em sentido *lato*, a despeito do caráter privado como são exercidos os serviços que lhes são pertinentes, pois ocupam cargos criados por lei, com denominação própria e em número certo; são nomeados pelo Poder Público, mediante concurso público; gozam do direito de férias e licenças; estão sujeitos a regime disciplinar; contribuem para o Instituto de Previdência do Estado; fazem jus à aposentadoria nos termos do Estatuto dos Funcionários Públicos. Além disso, embora não remunerados diretamente pelos cofres públicos, o preço dos seus serviços, pagos pelo usuário, decorre de tabelas também aprovadas pelo Poder Público (Responsabilidade civil, Saraiva, p. 482 e seguintes).

O aludido autor, que é Desembargador do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, cita José Renato Nalini para sustentar que o notário brasileiro é do tipo latino, ostentando natureza de funcionário público *sui generis*, pois, embora remunerado diretamente pela parte, mediante custas

e emolumentos, possui fé pública e está vinculado ao Poder Judiciário, que lhe fiscaliza os atos de ofício e exerce disciplina administrativa.

Yussef Said Cahali, no mesmo viés, também com supedâneo no §6º do art. 37 da Carta da República, defende o entendimento acerca da responsabilidade civil objetiva dos notários e oficiais de registro, tal como a do Estado.

Nada obstante o abalizado entendimento dos autores suso mencionados, estimo não ser viável imputar ao notário ou ao registrador uma responsabilidade civil com natureza objetiva.

Tal afirmação promana da exata dicção do art. 236 da Carta Magna, que requer exegese precisa do alcance emanado da expressão formada pelo binômio “*serviços praticados de caráter privado, por delegação do Poder Público*”.

Destarte, não tenho dúvidas em afirmar que a responsabilidade dos notários e registradores *é direta, mas não objetiva*, daí, não configurada a hipótese de dolo ou culpa, não há responsabilizá-los por eventuais danos causados no exercício das suas funções.

No direito vigente entre nós, toda a idéia da responsabilidade está vinculada à caracterização da culpa. Não há responsabilidade sem culpa, salvante nas hipóteses expressamente contempladas pela lei de infortunistica e do risco administrativo.

De outra parte, se é certo que o notário e o registrador ostentam responsabilidade direta, mas não objetiva, o mesmo não se pode dizer do Estado, que inegavelmente responderá sempre de forma objetiva se demandado por alguém prejudicado pelos erros dos tabeliães (STJ – REsp. n. 696.989/PE; REsp. n. 481.939/GO). O fundamento, nesta hipótese, é totalmente diverso, ou seja, a responsabilidade objetiva está centrada na escolha mal feita dos agentes para exercerem funções delegadas pelo Poder Público.

Caberá ao Estado, obviamente, demandar regressivamente o notário, mas deve comprovar que este agiu com dolo ou culpa, consoante, aliás, sustenta Clayton Reis, para quem o notário ou o registrador não devem sequer integrar a ação reparatória como denunciados. Podem, entretanto, intervir como assistentes da administração (RT 703, p. 19).

Não me curvo integralmente ao aludido pensamento, pois o usuário prejudicado pelo mau serviço prestado pelas serventias extrajudiciais não está compelido a ingressar com uma ação somente contra o Estado. Pode ele, querendo, sem óbice algum, dirigir diretamente sua pretensão contra o tabelião, notário ou registrador (Celso Antônio Bandeira de Melo — Responsabilidade do funcionário por ação direta do lesado, Revista de Direito Público 77/39). Deve, todavia, neste caso, *comprovar a existência do dolo ou da culpa, justo que a responsabilidade objetiva somente se compadece com o Poder Público*.

Logo, de duas uma: ou o prejudicado ingressa com uma ação contra o Estado, com base na responsabilidade objetiva, e este busca regressivamente seus prejuízos com o notário, provando a ocorrência de dolo ou culpa, ou, ao revés, o usuário, para fugir do precatório, demanda diretamente o tabelião ou registrador; neste caso, deverá fazer prova do comportamento doloso ou culposos com que este se houve na condução do seu mister.

O STF já decidiu nesse sentido:

Natureza estatal das atividades exercidas pelos serventuários titulares de cartórios e registros extrajudiciais, exercidas em caráter privado, por delegação do Poder Público. Responsabilidade objetiva do Estado pelos danos praticados a terceiros por esses servidores no exercício de tais funções, assegurado o direito de regresso contra o notário, *nos casos de dolo ou culpa* (grifei – RE n. 209.354, rel. Min. Carlos Velloso, RTJ 170:685).

É certo, e não se desconhece, que o mesmo Pretório Excelso já decidiu de forma diversa — e aqui a divergência que alhures anunciei —, conforme se infere da seguinte ementa:

Em se tratando de atividade cartorária exercida à luz do art. 236 da CF, a responsabilidade objetiva é do notário, no que assume posição semelhante à das pessoas jurídicas de direito privado prestadoras de serviços públicos (RE n. 201.595, rel. Min. Marco Aurélio, RTJ 178:418).

Perfilho-me ao entendimento sufragado pelo acórdão relatado pelo Ministro Carlos Velloso. E isso por uma razão muito simples: o tabelião brasileiro, diferentemente do notário francês, não está obrigado a verificar se as declarações prestadas pelas partes são verdadeiras ou não.

Além disso, a avaliação da identidade, capacidade e representação das partes, prescritas como integrantes da atividade notarial, deve ser interpretada dentro dos limites dos recursos do tabelião para o desempenho das suas atividades.

Deve ele, por certo, acautelar-se das exigências mínimas legais, de ordem formal, exterior. Nem se diga que há falsidade quando anunciado no instrumento lavrado que as pessoas que dele participaram foram reconhecidas como as próprias em face da documentação apresentada. Nos dias atuais, não se pode exigir que as pessoas sejam conhecidas do notário, e não é demais ressaltar que as expressões utilizadas pelo tabelião promanam de forma usual, há muito sacramentada e que é praxe nos cartórios. Não se admite que, hoje, os oficiais detenham conhecimento pessoal dos interessados que diariamente buscam os seus serviços.

O que se exige é que o notário aja com zelo e cautela na observância da regularidade das formas exteriores do ato. O tabelião, diga-se, *an passant*, sobrevive do trabalho que exerce para as pessoas que o procuram. Se ele as recebe sempre com a prevenção de serem desonestas, certamente em muito pouco tempo terá que se dedicar a outra atividade.

Abro, aqui, um pequeno mas necessário parêntese apenas para realçar que o tabelião tanto quanto os registradores montam suas estruturas sob regime do direito privado. Assume relevo, neste particular, a lição de Cláudio Martins:

o notário brasileiro não é um empregado, é um empregador. E trabalha à base de clientela própria, tal uma empresa, podendo ganhar mais ou ganhar menos, conforme seu comportamento ético e aprimoramento profissional (Direito notarial, p. 8).

Portanto, embora a atividade seja delegada, ela é prestada por conta e risco do titular da serventia, que tanto pode alcançar lucros como amellar prejuízos.

Feito tal destaque, observo que o notário, assim como um juiz, pode ser alvo de manobras criminosas.

Por acaso algum magistrado que realize uma audiência com um falso advogado, que se identifica formalmente com carteira adulterada da OAB, irá responder objetivamente pelos danos que a sua sentença ocasionar para terceiros?

Um juiz que ordene o cumprimento de uma carta precatória falsificada, oriunda de um suposto colega de uma comarca distante deste país de dimensões continentais, deve responder com o seu patrimônio pessoal pela fraude urdida da qual foi vitimado?

Definitivamente, penso que não.

Se o tabelião não tem a obrigação de examinar a veracidade das declarações dos interessados, que nada mais são do que atos de vontade destes, obrando com prudência em razão da apresentação de documentos expedidos por órgãos oficiais, acautelando-se nas mínimas exigências legais, de ordem formal, extrínsecas, não parece minimamente razoável exigir dele outro comportamento que não seja o de realizar o ato, ainda que futuramente venha a se constatar a prática de manobras fraudulentas, da qual

o notário não quis de modo algum participar, agindo, ainda, de forma a impedir que tal ilícito fosse consumado, dentro dos limites comuns e nas condições normais do trabalho cartorial.

Eduardo Couture, reconhecido processualista uruguaio, discorrendo sobre a fé pública, salienta que “*aun la verdade de la aeveración notarial queda sometida a las impugnaciones de falsedad e de simulación*”, justo que nenhum texto legal, em nenhum sistema jurídico, confere aos instrumentos notariais ou aos instrumentos públicos em geral “*una significación de verdad irrefragable*”. E isso porque o funcionário público não é infalível. Destarte, a “*fé pública no es, pues, sinónimo de verdad*” (Estudios de Derecho Procesal Civil, Editar Edidores, Buenos Aires, Tomo II, estudo sobre El Concepto de Fé Pública).

Para ilustrar o entendimento acerca da responsabilidade subjetiva dos tabeliães, transcrevo os seguintes precedentes jurisprudenciais:

Para que se reconheça a responsabilidade civil do notário ou do oficial de registro, que exerce função delegada do Poder Público, por acusação de causar prejuízos a terceiros, *é indispensável a prova de dolo ou culpa, do dano e do nexo causal entre ambos*, por se tratar de responsabilidade subjetiva. Apelação provida (grifei — TJMG — Ap. Cív. n. 1.0701.02.009188-3/001, de Uberaba, rel. Des. Pereira da Silva).

No mesmo norte:

Só é cabível a responsabilização do serventuário se verificada a culpa do mesmo, na lavratura de escritura com procuração falsa (grifei — TJMG — Ap. Cív. n. 2000.265.913-4/00, da comarca de São Lourenço, rel. Des. Jarbas Ladeira).

Ainda:

APELAÇÃO CÍVEL. RESPONSABILIDADE CIVIL do tabelião subjetiva. Ausência de dolo ou culpa. Dever de indenizar não reconhecido. Estando o título formalmente perfeito deve ser admitido e realizado o protesto, já que não compete ao tabelião investigar acerca da sua *causa debendi*. A responsabilidade dos

registradores é subjetiva, estando baseada na verificação da culpa. Inaplicabilidade do art. 37, § 6º, da CF. Hipótese em que a prova coligida aos autos demonstra que a Tabeliã agiu dentro dos limites impostos pela Lei nº 9.492/97, que regulamenta os serviços concernentes ao protesto de títulos e outros documentos. Culpa não evidenciada. Dever de indenizar que não se reconhece. Sentença mantida por seus próprios e jurídicos fundamentos (grifei — TJRGS — Ap. Cív. n. 70012531711, 10ª Câmara Cív., rel. Des. Paulo Roberto Lessa Franz).

E mais:

RESPONSABILIDADE CIVIL. PROTESTO INDEVIDO. ILEGITIMIDADE DO TABELIÃO. A responsabilidade do tabelião por seus atos, assim como de seus prepostos, está regulamentada na Lei n. 9.492/97, nos artigos 8º e 38º. *O Tabelião não tem responsabilidade pelos documentos que lhe são apresentados e sua responsabilização é subjetiva, pressupondo a comprovação de culpa pelo evento danoso.* Não é o caso dos autos, onde o protesto se deu em razão da ausência de cautela da Cooperativa demandada ao cadastrar, de forma equivocada, o CPF do autor como sendo o do real devedor. DANO MORAL *IN RE IPSA*. QUANTUM MAJORADO PARA ATENDER OS PARÂMETROS ADOTADOS POR ESTA TURMA. SENTENÇA MODIFICADA. RECURSO PARCIALMENTE PROVIDO (grifei — TJRGS — Recurso Cível n. 71001150424, Terceira Turma Recursal Cível, Turmas Recursais, rel. Carlos Eduardo Richinitti, julgado em 10-4-2007).

Finalmente:

APELAÇÃO CÍVEL. RESPONSABILIDADE CIVIL. PROTESTO DE TÍTULO SEM CAUSA JURÍDICA. FRAUDE NA EMISSÃO DO TÍTULO DE CRÉDITO. COMPRAS PELA INTERNET. CANCELAMENTO DO PROTESTO. FORMALIDADES ESSENCIAIS. AÇÃO CONTRA O TABELIÃO RESPONSÁVEL PELO CARTÓRIO DE PROTESTOS. 1. *Responsabilidade civil do notário é subjetiva, nos termos do art. 38, da Lei n. 9.492/97. Não demonstrado o dolo ou culpa deste, não há falar em indenização por danos materiais ou morais.* 2. Ademais, na impossibilidade de apresentação do original

do título ou documento de dívida protestado, será exigida a declaração de anuência, com identificação e firma reconhecida, daquele que figurou no registro de protesto como credor, originário ou por endosso translativo, consoante os termos do §1º do art. 26 da Lei n. 9.492/97. Ato lícito incapaz de ensejar danos morais ou materiais. Apelação cível desprovida. Unânime (grifei – TJRGS — Apelação Cível n. 70016078396, Décima Oitava Câmara Cível, rel. Des. Mário Rocha Lopes Filho, julgada em 24-8-2006).

Em resumo: a mesma responsabilidade objetiva que o prejudicado pode exercitar em desfavor do Estado não pode imputar aos notários e registradores. Quanto a estes, exige-se prova do dolo ou da culpa, mesmo na ação regressiva estatal, razão por que, tendo o tabelião usado das normais precauções no desempenho do seu ofício, baseadas em documentos e asseverações aparentemente autênticas e idôneas, não pode ser responsabilizado objetivamente por algum dano causado em desfavor da esfera jurídica de terceiros.